

---

## **LEGISLAÇÃO (Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02)**

1) Em determinado pregão, foi declarada vencedora do certame a empresa “W Construções S.A.”. No entanto, a aludida empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrou o respectivo contrato. Nesse caso e nos termos da Lei nº 10.520/2002:

a) o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda ao edital, sendo então o respectivo licitante declarado vencedor.

b) deverá ser contratada, por inexigibilidade de licitação, a empresa que detém a proposta mais vantajosa ao interesse público.

c) o pregoeiro deverá anular a licitação e promover um novo certame, respeitando-se, assim, os princípios que regem as licitações, sobretudo, o princípio da competitividade.

d) deverá ser contratada, por dispensa de licitação, a empresa que detém a proposta mais vantajosa ao interesse público.

e) o pregoeiro deverá intimar coercitivamente a empresa “W Construções S.A.” a fim de celebrar o contrato, sendo-lhe imposta, desde já, sanções administrativas pelo ocorrido.

---

2) No curso de determinado pregão, aberta a sessão pública e feitos os lances, constatou-se que a empresa “J” é a autora da oferta de valor mais baixo, cujo valor é de um milhão de reais. As empresas “X”, “Y” e “Z”

apresentaram, respectivamente, ofertas nos valores de R\$ 1.050.000,00; R\$ 1.100.000,00 e R\$ 1.200.000,00. Nos termos da Lei no 10.520/02, até a proclamação do vencedor, poderão fazer novos lances verbais e sucessivos as empresas

- a) J, X, Y e Z.
  - b) J, X e Y, apenas.
  - c) J e X, apenas.
  - d) X, Y e Z, apenas.
  - e) Y e Z, apenas.
- 

3) A modalidade licitatória denominada concorrência:

- a) condiciona a participação dos interessados ao cadastramento prévio e à comprovação, na fase de habilitação, de que possuem os requisitos de qualificação exigidos no edital.
- b) deve ter o edital publicado na imprensa oficial e em jornal de grande circulação com antecedência mínima de 15 dias da data de realização do evento.
- c) poderá ser utilizada nos casos em que couber convite ou tomada de preços.

d) caracteriza - se pela apresentação de lances verbais e sucessivos até a proclamação do vencedor.

e) serve tipicamente para escolha de trabalhos técnicos ou científicos, mediante a instituição de prêmio ou remuneração aos vencedores.

---

4) Norteia as licitações públicas o princípio:

a) do julgamento subjetivo, segundo o qual se priorizam as aptidões técnicas e a capacidade financeira dos licitantes para se escolher a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

b) da exceção da experiência não demonstrada, que autoriza a Administração Pública, em certos casos, a não contratar com o licitante vencedor, caso ele não demonstre experiência anterior em obra semelhante até a data prevista para celebração do contrato.

c) da vinculação ao instrumento convocatório, o qual determina que, uma vez recebida carta-convite da Administração Pública para participar de tomada de preços, o licitante convocado, caso não tenha interesse em participar, deverá notificar seu desinteresse à comissão de licitação até 2 dias antes da data marcada para realização do evento.

d) da probidade administrativa, que tem como traço peculiar a escolha da proposta com o menor preço para a Administração Pública.

e) da igualdade, que preceitua a isonomia de tratamento para todos os licitantes, ainda que se admita, em certos casos previstos em lei, a fixação de margens de preferência e de critérios preferenciais de desempate.

---

5) Nos termos da Lei no 8.666/93, quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração,

a) deve haver, obrigatoriamente, contratação precedida de concurso, por ser a modalidade mais simples de licitação.

b) é inexigível a licitação, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

c) deve haver, obrigatoriamente, contratação precedida de convite, por ser a modalidade mais simples de licitação.

d) é dispensável a licitação, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

e) é inexigível a licitação, não sendo necessário, neste caso, a manutenção de todas as condições preestabelecidas.

---

6) Contém a relação correta entre a situação descrita e a modalidade licitatória aplicável, de acordo com as disposições da Lei no 8.666/93:

a) Leilão, para aquisição de obras de arte, com lance igual ou superior ao da avaliação.

b) Concurso, para escolha de trabalho científico, mediante a instituição de prêmio ou remuneração ao vencedor.

- c) Tomada de preços, para aquisição de bens móveis, independentemente do valor.
  - d) Concorrência, para escolha de trabalho científico ou artístico, com a instituição de prêmio ao vencedor.
  - e) Leilão, para alienação de bens inservíveis, desde que o valor não supere o limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
- 

- 7) A União pretende adquirir imóvel para instalar órgão público, o qual, pelas suas características, necessita ser instalado em local específico. De acordo com a Lei no 8.666/93,
  - a) poderá dispensar o procedimento licitatório para a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
  - b) está autorizada a adquirir o imóvel que considerar adequado à finalidade pretendida, configurando situação de inexigibilidade de licitação.
  - c) deverá adquirir o imóvel mediante prévio procedimento licitatório, do tipo menor preço, selecionando os imóveis adequados mediante procedimento de pré-qualificação dos alienantes interessados.
  - d) deverá adquirir o imóvel mediante licitação, na modalidade leilão, do tipo menor preço, admitindo-se lances de viva-voz, com, no mínimo, 3 alienantes selecionados.

e) somente poderá dispensar o procedimento licitatório se, aberta fase de pré-qualificação precedente ao leilão, não ocorrerem ao certame ao menos 3 alienantes interessados.

---

8) De acordo com a Lei no 8.666/1993, constitui hipótese de inexigibilidade de licitação:

a) contratação de serviços de publicidade, desde que comprovada a notória especialização do contratado.

b) para aquisição de bens produzidos por um único fabricante de marca de preferência da Administração.

c) contratação de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica ou opinião pública.

d) contratação de profissional de notória especialização, dispensando-se, nesse caso, a comprovação da singularidade do objeto.

e) aquisição ou alienação de obras de arte ou venda de bens adjudicados em processo judicial.

---

9) Para incentivar a produção técnica e científica na área de educação, a Secretaria de Estado da Educação resolve premiar os melhores trabalhos publicados em 2011 nas categorias: dissertação de mestrado, tese de doutorado e artigo científico. Para a premiação, a licitação deverá ocorrer na modalidade de:

a) concorrência.

b) tomada de preço.

c) convite.

d) concurso.

e) leilão.

---

10) A Secretaria Estadual de Habitação pretende contratar a construção de casas populares e estima que o valor das obras seja da ordem de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Para a contratação das obras, deverá adotar a modalidade licitatória:

a) leilão.

b) pregão.

c) convite.

d) concorrência.

e) tomada de preços.

---

---

## **PORTUGUÊS**

11) Leia o texto a seguir:

"

---

*Pesquisadores do clima mundial afirmam que o aquecimento global está ocorrendo em função do aumento da emissão de gases poluentes, principalmente derivados da queima de combustíveis fósseis (gasolina, diesel etc.) na atmosfera. **Esses gases** (ozônio, dióxido de carbono, metano, óxido nítrico e monóxido de carbono) formam uma camada de poluentes de difícil dispersão, causando o famoso efeito estufa. **Esse fenômeno** ocorre, porque esses gases absorvem grande parte da radiação infravermelha emitida pela Terra, dificultando a dispersão do calor."*

**Esses gases** e **Esse fenômeno** referem-se, respectivamente, a:

- a) raios do Sol – camada de poluentes.
  - b) camada de poluentes - difícil dispersão.
  - c) dispersão do calor - efeito estufa.
  - d) aquecimento global - difícil dispersão.
  - e) gases poluentes – efeito estufa.
-

12) Leia o texto a seguir:

---

A entidade estatal, para atender às suas finalidades, necessita de dinheiro. O ingresso deste nos cofres públicos caracteriza o que se denomina de entrada, contudo esta não corresponde obrigatoriamente à receita pública.

5 De fato, algumas entradas provisórias devem ser, oportunamente, devolvidas, a exemplo das cauções, das fianças, dos depósitos recolhidos ao Tesouro etc. Já a receita pública é a entrada

10 que, integrando-se no patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto, como elemento novo e positivo. A entrada, destarte, é o gênero de que a receita pública é uma espécie. As

15 receitas originárias resultam da atuação do Estado na exploração de atividade econômica, como uma empresa privada na busca do lucro. Embora o exercício de tal atividade ocorra sob o regime de direito privado, não há um total afastamento das

20 normas de direito público. Na verdade, as empresas estatais não podem deixar de observar, no que a elas se aplicar, os princípios gerais da atividade econômica que estão dispostos no Capítulo I do Título VII da Constituição Federal.

(Adaptado de Lucas Clemente de Brito Pereira  
<http://jus.com.br/revista/texto/10256/conceitos-gerais-acerca-das-financas-publicas>, acesso em 25/01/2013)

Nas relações de coesão do texto, assinale a opção que não estabelece a correta referência para o pronome destacado na expressão.

- a) Em “ingresso deste” (L.2) refere-se a “de dinheiro” (L. 2).
- b) Em “se denomina” (L.3) refere-se a “ingresso” (L.2).
- c) Em “esta não corresponde” (L.4) refere-se a “entrada” (L.3).
- d) Em “tal atividade” (L.18) refere-se a “atividade econômica” (L.16).
- e) Em “o seu vulto” (L.12) refere-se ao vulto da entrada como “receita pública” (L.9).

13) Leia o texto a seguir:

Este é o momento do Brasil em muitas áreas e pode vir a ser também na filantropia. O Brasil experimenta um crescimento robusto e sustentável e, apesar dos obstáculos, muitos brasileiros dos ramos de comunicação, educação e finanças estão cada vez mais comprometidos com as mudanças para melhorar o país. São pessoas conscientes de que os benefícios de uma economia mais dinâmica precisam ser mais bem distribuídos, pois sabem que todos se beneficiam de uma sociedade com menores graus de desigualdade. [...] Uma tendência que cresce muito nos Estados Unidos e no Brasil é a dos chamados negócios sociais. Essa expressão define a venda, por uma empresa, de um produto ou serviço que melhora a qualidade de vida das comunidades carentes e, ao mesmo tempo, dá lucro. Logo, é possível ganhar dinheiro fazendo filantropia. Os empresários que entram nesses ramos estão dispostos a ter um lucro menor, desde que a empresa contribua para uma melhora social.

(Adaptado da entrevista de Jane Wales, *Ser potência é também doar mais*. Veja, 19 de dezembro de 2012.)

Assinale a opção em que a sugestão de inserir o conectivo no início do período mantém o texto coerente e gramaticalmente correto.

- a) Linhas 2 - 3 – Por isso, o Brasil experimenta...
  - b) Linha 7 – Entretanto, são pessoas conscientes...
  - c) Linhas 11 -12 – Assim, uma tendência que cresce...
  - d) Linhas 13 - 14 – Ao passo que essa expressão define a venda...
  - e) Linha 18 – Apesar de os empresários que entram...
-

- 14) No que diz respeito ao uso dos sinais de pontuação no texto abaixo, assinale a opção correta.

Na Ata do Copom divulgada em janeiro, o Banco Central passou o recado de que o problema da economia brasileira não é falta de consumo; é falta de oferta, que não se resolve com mais afrouxamento monetário (política de juros). Antes de verificar quais políticas podem ser acionadas pelo governo para garantir um PIB mais alentado em 2013 e 2014, é preciso sublinhar que o Banco Central se recusa a desempenhar dupla função: a de combater a inflação e, ao mesmo tempo, a de garantir o aumento do emprego e da produção. E isso contraria o que têm pedido setores importantes do governo federal.

*(Adaptado de Celso Ming, Estadão, 26 de janeiro de 2013 <http://blogs.estadao.com.br/celso-ming>, acesso em 26/1/2013)*

- a) Apesar da possibilidade de uma pausa na leitura, seriam desrespeitadas as regras de pontuação ao se inserir uma vírgula depois de “Copom” (L.1).
- b) Para reforçar o termo “política de juros” (L.5), o desenvolvimento textual admite a retirada dos sinais de parênteses, inserindo-se um sinal de ponto e vírgula depois de “monetário” (L.5).
- c) A coerência entre os argumentos admite deslocar a vírgula depois de “2014” (L.8) para depois de “alentado” (L.7).
- d) O sinal de dois pontos depois de “função” (L.9) introduz uma explicação; por isso equivale às expressões “isto é”, ou “**quais sejam**”, entre vírgulas.
- e) A substituição do ponto depois de “produção” (L.11) pelo sinal de ponto e vírgula, com alteração da letra inicial maiúscula para minúscula, violaria as relações semânticas do texto e provocaria erro gramatical.

15) Leia o texto a seguir:

O problema dos engarrafamentos não é nem o número de carros, mas o de viagens e sua distância. Se dez carros fazem uma viagem de um quilômetro, eles geram o mesmo volume de um carro que percorre 10. A maneira mais elementar de coibir o volume de carros é a restrição ao estacionamento. Em todas as constituições do mundo, inclusive na brasileira, há muitos direitos, mas em nenhuma delas está previsto o direito ao estacionamento. Então não é um direito constitucional. Não há nada legal que exija que os governantes doem esse espaço da rua a quem tem carro. Esse espaço é de todos, das crianças, dos idosos, de quem não tem carro. Então a sociedade pode decidir que aquele espaço pode ser utilizado de outra forma.

*(Adaptado da entrevista de Enrique Peñalosa, urbanista e ex-prefeito de Bogotá, e Ricardo Ampudia. Vida Simples, setembro 2012, edição 122)*



QuestoesdeCONCURSOS.com.br

Preservam-se a coerência de sentidos e a correção gramatical do texto com a retirada de

- a) “nem”(L.1)
- b) “um”(L.4).
- c) “em”(L.9).
- d) “que”(L.11, segunda ocorrência)
- e) “de”(L.16).

## Lei Orgânica do TCE-MT

16) Segundo a Lei Complementar Estadual nº 269/2007, artigo 1º, não compete ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT):

a) emitir parecer prévio circunstanciado sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais

b) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração pública, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a legalidade das concessões de aposentadoria, reforma, pensão e transferência para reserva, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório

c) fiscalizar e julgar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado ou Município às pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive às organizações não governamentais e aos entes qualificados na forma da lei para a prestação de serviços públicos, mediante convênio, acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento congênere

d) celebrar, juntamente com o Ministério Público Estadual, Termos de Ajustamento de Conduta – TAC

e) fixar prazo para que o titular do órgão ou entidade adote providências para o exato cumprimento das normas legais, se verificada ilegalidade

17) A jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) não abrange:

a) todos aqueles que lhe devam prestar contas ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei, incluindo os responsáveis pelo sistema de controle interno

b) aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário

- c) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais os entes federados respondam, ou que em nome deles, assumam obrigações de natureza pecuniária
- d) os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições para-fiscais e prestem serviços de interesse público ou social
- e) todos aqueles que recebam recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

18) Assinale a questão correta:

- a) Quem preside a instrução processual é um Procurador de Contas
- b) O Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso, instituição permanente e essencial às funções de fiscalização e controle externo, é integrado por sete Procuradores
- c) Os Auditores Substitutos de Conselheiro (Conselheiros Substitutos), em número nunca superior a 07 (sete), são nomeados após aprovação em concurso público de provas e títulos
- d) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, em número de seis, nomeados e escolhidos nos termos Constitucionais, terão as mesmas garantias, prerrogativas, vedações, impedimentos, subsídio e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)
- e) O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso tem sede em Cuiabá e jurisdição sobre o todo o território nacional

19) Assinale a questão correta:

- a) O TCE-MT possui em sua estrutura organizacional, dentre outros, o Tribunal Pleno, as Câmaras e o Ministério Público de Contas

- b) A Lei Orgânica do TCE-MT (Lei Complementar Estadual nº 269/2007) não prevê que o TCE-MT possa determinar medidas cautelares, já que este tipo de decisão é privativa dos órgãos do Poder Judiciário
- c) O Ministério Público de Contas não faz parte da estrutura organizacional do TCE-MT, já que é um órgão de extração constitucional
- d) O Tribunal Pleno não é o órgão máximo de deliberação
- e) O TCE-MT não poderá aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança

20) Assinale a questão correta:

- a) Aplica-se à comunicação dos atos processuais, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal
- b) Nas decisões do TCE-MT cabem Embargos de Declaração, quando a decisão impugnada contiver obscuridade ou contradição ou omitir ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado, sendo que os mesmos suspendem a execução da decisão embargada e interrompem o prazo para a interposição de outro recurso
- c) O direito de propor pedido de rescisão se extingue em 05 (cinco) anos, contados da data da irrecorribilidade da deliberação
- d) A consulta deverá ser formulada em tese e por autoridade legítima e conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria estranha à Competência do Tribunal de Contas
- e) O Ministério Público de Contas não pode participar do procedimento administrativo de celebração do Termo de Ajustamento de Gestão (TAG)



## **PROVA DISCURSIVA**

1) Responda os itens a seguir:

- a) Explique o que você entende por “seleção da proposta mais vantajosa para a administração”, que é um dos objetivos previstos nas licitações (Art. 3º da Lei 8.666/93). A proposta mais vantajosa é necessariamente a de menor preço ? (máximo 10 linhas) (15 pontos)
  
- b) Qual a diferença entre os institutos da dispensa e da inexigibilidade de licitação ? (máximo 10 linhas) (15 pontos)

2) Responda os itens a seguir:

- a) Cite 3 das prerrogativas conferidas à administração na execução dos contratos administrativos (Art. 58, da Lei 8.666/93). Explique uma (1) delas ? (máximo 10 linhas) (15 pontos)
  
- b) O contrato administrativo é lei entre as partes (*lex inter partes*) e deve ser cumprido integralmente (*pacta sunt servanda*). Porém, deve ser cumprido somente se as condições inicialmente estabelecidas permanecerem constantes do início ao término do ajuste, pois, caso contrário, aplicar-se-á a cláusula *rebus sic standibus* (“enquanto as coisas permanecerem como estavam”). Esta cláusula (implícita) reduz a obrigatoriedade de que o contrato administrativo deve ser cumprido a qualquer custo (*pacta sunt servanda*), garantindo que o contrato seja alterado (revisto) sem ônus para as partes, de forma a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado. Assim, algumas circunstâncias (áreas extraordinárias) conferem a característica de mutabilidade aos contratos administrativos. Entre essas circunstâncias estão o fato do príncipe e o fato da administração. Explique esses dois (2) institutos e as diferenças entre eles. (máximo 15 linhas) (15 pontos)

<b>QUESTÃO 1 – LETRA “A”</b>	
1)	
2)	
3)	
4)	
5)	
6)	
7)	
8)	
9)	
10 )	

Obs: Qualquer fragmento de texto fora da área disponível será DESCONSIDERADO

<b>QUESTÃO 1 – LETRA “B”</b>	
1)	
2)	
3)	
4)	
5)	
6)	
7)	
8)	
9)	
10 )	

Obs: Qualquer fragmento de texto fora da área disponível será DESCONSIDERADO



<b>QUESTÃO 2 – LETRA “A”</b>	
1)	
2)	
3)	
4)	
5)	
6)	
7)	
8)	
9)	
10)	

Obs: Qualquer fragmento de texto fora da área disponível será DESCONSIDERADO

<b>QUESTÃO 2 – LETRA “B”</b>	
1)	
2)	
3)	
4)	
5)	
6)	
7)	
8)	
9)	
10)	
11)	
12)	
13)	
14)	
15)	

--	--

Obs: Qualquer fragmento de texto fora da área disponível será  
DESCONSIDERADO